

Imprensa e a luta por creche (1970-1985)

Ana Keli Moletta¹ *Press and the struggle for daycare (1970-1985)**Prensa y la lucha por la guardería (1970-1985)*

Resumo

Este artigo tem por objetivo resgatar a história da luta pelo direito das mulheres e das crianças à creche pública no Brasil, luta que ganhou destaque durante as décadas de 1970 e 1980, impulsionada pela efervescência dos movimentos sociais e sindicais. Para isso, examina-se a contribuição da imprensa alternativa, representada pelos Tabloides *Brasil Mulher* (1975-1982) e *Nós Mulheres* (1976-1978), além do *Jornal Mulherio* (1981-1985), e das publicações da grande imprensa, jornais *Folha de S. Paulo* e *Folha da Tarde*, acervo disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), sobre o período e a discussão acerca das creches no Brasil. Destaca-se que o engajamento feminino nos movimentos sociais, no o período delimitado por esta pesquisa, desempenhou um papel crucial no avanço das conquistas políticas e sociais durante o processo de redemocratização do Brasil pós-ditadura militar.

Palavras-chave: *Educação; Imprensa; Movimentos Sociais; Creche.*

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: anakelimoletta@yahoo.com.br

Abstract

This article aims to recover the history of the struggle for women's and children's rights to public daycare in Brazil, a struggle that gained prominence during the 1970s and 1980s, driven by the vibrancy of social and union movements. To this end, the contribution of the alternative press, represented by the tabloids *Brasil Mulher* (1975-1982) and *Nós Mulheres* (1976-1978), as well as the newspaper *Mulherio* (1981-1985), is examined, alongside publications from the mainstream press, such as *Folha de S. Paulo* and *Folha da Tarde*, with archives provided by the Fundação Carlos Chagas (FCC), regarding this period and the discussion about daycare centers in Brazil. It is emphasized that women's engagement in social movements during the period covered by this research played a crucial role in advancing political and social achievements during Brazil's redemocratization process following the military dictatorship.

Keywords: *Education; Press; Social Movements; Daycare.*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo recuperar la historia de la lucha por los derechos de las mujeres y los niños a las guarderías públicas en Brasil, una lucha que ganó protagonismo durante las décadas de 1970 y 1980, impulsada por la efervescencia de los movimientos sociales y sindicales. Para ello, se examina la contribución de la prensa alternativa, representada por los tabloides *Brasil Mulher* (1975-1982) y *Nós Mulheres* (1976-1978), así como el periódico *Mulherio* (1981-1985), junto con publicaciones de la gran prensa, como *Folha de S. Paulo* y *Folha da Tarde*, con archivos proporcionados por la Fundação Carlos Chagas (FCC), sobre este período y la discusión sobre las guarderías en Brasil. Se destaca que el compromiso de las mujeres en los movimientos sociales, en el período delimitado por esta investigación, desempeñó un papel crucial en el avance de las conquistas políticas y sociales durante el proceso de redemocratización de Brasil tras la dictadura militar.

Palabras clave: *Educación; Prensa; Movimientos Sociales; Guardería.*

Introdução

Inicia-se essa reconstrução na década de 1970, período marcado pela supressão de direitos, censura, violência e repressão política. Sob o pretexto de purificar o país e o sistema político de inimigos reais e fictícios, além de proteger a democracia de uma suposta ameaça comunista, justificou-se a intervenção militar e a derrubada de um governo constitucional.

A queda de João Belchior Marques Goulart (João Goulart – Jango)² resultou em uma série de medidas repressivas, como prisões arbitrárias, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, demissões de funcionários civis e militares, abertura de inquéritos policiais-militares e diversos atos de violência e humilhação contra os seguidores do governo deposto (Motta, 2021).

A situação econômica do país era complexa, uma vez que os grandes capitalistas reduziram os investimentos e aumentaram os preços das mercadorias diante das incertezas. De acordo com Motta (2021), a partir da segunda metade dos anos de 1970, o Brasil passou por significativos momentos de inflação e crise, o que fez com que uma parcela significativa das mulheres buscasse complementação à renda familiar, como pode ser observado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao ano de 1970.

As informações disponíveis indicam que, naquele período, aproximadamente 18% da população feminina estava envolvida no mercado de trabalho, totalizando cerca de 6,2 milhões de mulheres fora de seus lares. Isso evidencia que as mulheres assumiram papéis em atividades produtivas, geradoras de renda, desenvolvidas no espaço público, ao mesmo tempo em que mantiveram seu papel social na esfera reprodutiva. Esse papel incluía, entre outras responsabilidades, os cuidados com a família, como alimentação, limpeza, vestuário, higiene pessoal, saúde física e mental, além da gestão da casa e da criação e educação dos filhos.

2 Mandato presidencial: 1961 a 1964.

Embora a legislação brasileira vise à proteção da trabalhadora mãe, esse direito nem sempre foi garantido. A Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com alteração em 28 de fevereiro de 1967 (Decreto de nº 229), sobre a *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), em seu Art. 389, § 1º, estipulava que os estabelecimentos onde trabalhassem 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, teriam local apropriado para guardar, sob vigilância e assistência, os filhos no período de amamentação. Já o Art. 396 estipulava que, para amamentar o próprio filho, até que este completasse seis meses de idade, a mulher teria direito durante sua jornada de trabalho a dois descansos de meia hora cada um.

A lei esclarecia que essa exigência poderia ser suprida por creches distritais, mantidas pelas próprias empresas individualmente, em regime comunitário, ou em convênio com o Serviço Nacional da Indústria (Senai), o Serviço Nacional do Comércio (Senac), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), ou, ainda, entidades sindicais (Art. 389).

Conforme a pesquisa “Creches em empresas” realizada em 1984 pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, das 60 mil empresas existentes no estado, apenas 38 ofereciam berçário ou creche. Dessas, uma creche (S/A Ind. Votorantim) foi estabelecida em 1926, 21 creches (55,26%) entre as décadas de 1940 e 1950, coincidindo com a promulgação da CLT, e 21 (42,11%) foram implementadas entre 1979 e os primeiros anos da década de 1980. Esse último período foi marcado pelo fortalecimento do movimento feminino e feminista, expressões que não se equivalem, especialmente a partir de 1975, com a consolidação do Movimento de Luta por Creche (MLC), que se intensificou em março de 1979 durante o 1º Congresso da Mulher Paulista.

Considerando que o objetivo deste artigo é resgatar a história da luta pelo direito das mulheres e das crianças à creche pública no Brasil entre os anos de 1970 e 1985, por meio de matérias e artigos veiculados pela imprensa alternativa, representada pelos Tabloides *Brasil Mulher* (1975-1982) e *Nós*

Mulheres (1976-1978), além do Jornal *Mulherio* (1981-1985), e das publicações da grande imprensa, em jornais como: *Folha de S. Paulo* e *Folha da Tarde* (1970-1985), compartilha-se da compreensão de Vieira (2007) de que a imprensa, de maneira geral, e os jornais, em particular, oferecem diferentes contribuições que variam de acordo com o enfoque adotado pelo pesquisador.

Assim, a utilização de jornais como fonte complementar na pesquisa pode fornecer diferentes *insights*, o que possibilita compreender a evolução da educação e, em particular, da educação infantil. Por meio dessas fontes, é possível identificar mudanças no sistema de cuidado e educação para crianças pequenas, bem como o surgimento de novas abordagens educacionais tanto dentro quanto fora dos espaços especializados. Quando os jornais são empregados como fonte principal, eles destacam a importância e a frequência das questões relacionadas às creches em contextos específicos, permitindo aos pesquisadores estabelecer conexões entre a educação infantil e a sociedade em geral.

Além disso, a imprensa proporciona uma visão abrangente da experiência urbana, abordando desde os indivíduos notáveis até os desconhecidos, do domínio público ao privado, dos assuntos políticos aos econômicos, do cotidiano aos grandes eventos, da segurança pública às esferas cultural e educativa. Através dessa diversidade, emergem diferentes projetos políticos e visões de mundo, permitindo compreender a complexidade dos conflitos e dinâmicas sociais em diferentes momentos históricos (Vieira, 2007).

A luta por direitos

A reivindicação por creches, como sendo um direito da mãe e da criança, tornou-se uma luta de diferentes movimentos sociais em nosso país ao longo das décadas de 1970 e 1980. Pelas manchetes de alguns jornais da época, é possível compreender o alcance desse debate, assim como o papel que a

imprensa escrita assumiu em relação a essa luta. Para essa reconstrução, consideramos os Tabloides *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; o *Jornal Mulherio*; e o acervo disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), com mais de 100 recortes de jornal sobre o período de 1970 a 1985 e a discussão sobre creche no Brasil. Em sua maioria, os recortes são dos seguintes veículos de comunicação impressa: *Folha de S. Paulo* e *Folha da Tarde*.

Esta documentação é resultado do projeto “A expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 1970”, coordenado por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, e concluído no ano de 1986. O projeto envolveu, entre outras ações, a organização dos documentos que hoje são disponibilizados na página da História da Educação e da Infância do Portal da Fundação Carlos Chagas.

Assim, a opção por considerar os jornais da cidade de São Paulo vai ao encontro da justificativa das pesquisadoras Rosemberg, Campos e Haddad (1991), quando afirmam que a história do atendimento à infância em São Paulo é relevante, não só para a própria história da cidade, mas também pelo papel disseminador que ela vem desempenhando ao longo dos anos junto aos demais municípios e até outros estados brasileiros.

Iniciamos no dia 8 de março de 1970, quando a *Folha de S. Paulo* publicou a seguinte matéria: “Creches: só 1.900 lugares em SP”. O jornal alertava que naquela ocasião, a cidade de São Paulo contava com aproximadamente 1.900 vagas, distribuídas em 16 creches públicas e 13 particulares, porém, a estimativa era que existissem cerca de um milhão de crianças na faixa etária entre de 0 a 3 anos.

O mesmo jornal publicou, em 8 de agosto de 1970, a matéria: “Creches: o que será em 1990?”, que tratava do Plano Urbanístico Básico (PUB) de São Paulo, anunciando a abertura de uma creche privada na cidade. Alertava que, segundo os dados da Secretaria do Bem-Estar Social de São Paulo,

trabalhavam fora de suas residências cerca de 1.700.000 mulheres naquela ocasião, e as creches gratuitas existentes na cidade alojavam somente 1.780 crianças, o que significava 1% da população infantil. De acordo com a matéria, essa deficiência era enfrentada pelas mães de diferentes maneiras: auxílio de parentes ou vizinhos, disputa por poucas babás com alguma experiência, moças de boa vontade ou, ainda, o abandono dessas crianças. Sinalizava a matéria: “Em 1990, essas crianças semiabandonadas poderão ser tantas que ninguém sabe o que acontecerá” (Folha de S. Paulo, 1970).

Sobre a necessidade das mães relatada na matéria, a Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo realizou no ano de 1970 um estudo sobre a mão de obra feminina empregada nas indústrias e revelou que, das 500 trabalhadoras pesquisadas, entre administrativas e braçais, 72,8% tinham filhos pequenos. Destas, 46,4% costumavam deixá-los com parentes, 21,6% sozinhas e apenas 1% em creches ou instituições equivalentes. A porcentagem das trabalhadoras que deixavam crianças pequenas sozinhas era maior no caso das empregadas braçais: 30%. Justamente a categoria em que se encontra o maior número de mulheres com filhos, ou seja, 82,7% (Campos, 1979).

Além da escassez de creches públicas, algumas matérias da *Folha de S. Paulo* alertavam para a situação precária que as creches conveniadas com a prefeitura de São Paulo enfrentavam e solicitavam à comunidade doações para que essas entidades continuassem a funcionar. Alguns exemplos: Casa da Criança Julieta Marcondes Machado, na Vila Clementino/SP, “A casa da criança recebe donativos em mercadorias e em dinheiro” (17/04/1972); Casa da Criança Nair de Aguiar, em Rio Pequeno, Distrito de São Paulo, “A casa da criança Nair de Aguiar está aberta às visitas de pessoas que desejem colaborar” (31/07/1972); Centro de Assistência Social São Vicente de Paula, no Moinho Velho/SP, “Os donativos podem ser em agasalhos para as meninas, em roupas de cama, em tudo que possa ser aproveitado” (31/09/1972); Creche Catarina Labouré, bairro Ipiranga/SP, “Alimentos em geral, principalmente

leite em pó, roupas de cama, mesa e banho, mesmo usadas, agasalhos e roupas para as crianças e também calçados” (27/05/1974).

É possível observar pelas matérias que o termo “creche” era utilizado tanto para se referir aos espaços destinados às crianças menores de três anos quanto para instituições de recolhimento ou saúde da criança. Sobre esse assunto, Campos (1975) adverte sobre a incapacidade de obtenção de dados concretos quanto ao atendimento oferecido às crianças no conjunto dessas instituições, tendo em vista que não havia, naquele momento, uma definição uniforme nas estatísticas oficiais sobre as creches, pois estavam incluídos nessa denominação: berçários, hospitais ou, ainda, abrigos para menores.

Movimentos sociais e creches

Impulsionadas pela declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Mulher (1975), e pela realização da *Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres na Cidade do México* (1975), emergem nos principais centros urbanos organizações da sociedade civil que deram origem a vários movimentos de base, entre eles, o Movimento de Mulheres e o Movimento Feminista. Em ambos, surge uma reivindicação antiga, mas que ganhava novos contornos: a creche.

Ainda no ano de 1975, aconteceu na cidade de São Paulo o primeiro ato público de mulheres: o *Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista*, evento patrocinado pelo Centro de Informação da Organização das Nações Unidas e pela Cúria Metropolitana de São Paulo. Participaram do encontro cerca de 500 mulheres, que discutiram um extenso temário, incluindo a situação das creches no Brasil. De acordo com o Tabloide *Brasil Mulher*, sobre o encontro: “É necessário que todas as mulheres, os representantes das sociedades amigos de bairro, clube de mães e interessados em geral, desenvolvam juntos um programa que venha resolver o problema de creches em São Paulo” (*Brasil Mulher*, n. 5, 1976).

Constatou-se que, a partir desse evento, tal discussão passou a também fazer parte da imprensa alternativa, como é o caso dos tabloides *Brasil Mulher* (BM), *Nós Mulheres* (NM) e do *Jornal Mulherio*, que, por meio da sua escrita política e militante, levantaram intensos debates junto ao poder público e à sociedade em geral.

O Tabloide *Brasil Mulher* (BM)³, pioneiro na luta feminista em nosso país, foi fundado em Londrina, interior do Paraná, editado bimestralmente pela Sociedade Brasil Mulher⁴ e publicado entre os anos de 1975 e 1980, com um total de 20 edições⁵, sendo 16 regulares e 4 extras. Até a edição de número 6, o jornal foi dirigido por Joana Lopes⁶, jornalista da *Folha de Londrina*, naquele período. A partir da edição de número 7, a redação se desloca da cidade de Londrina para São Paulo, capital.

A luta por creches foi tema constante do BM, chegando a 12,3 % das edições do jornal (Telles; Leite, 2013). A edição de número 5 de 1976 traz na capa a imagem de uma mulher carregando uma criança pequena e o título “Creche reivindicada de todas nós”. Nesta edição, a creche aparece em duas matérias. A primeira “Mulheres trabalhando sem registro, sem creche” alertava que o Ministro do Trabalho, daquele período, Arnaldo Prieto, havia se pronunciado sobre as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina com a extensão do trabalho noturno. De acordo com o BM, para que o trabalho noturno fosse aberto à mulher, seria necessária uma reformulação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo em vista a sua proibição.

3 Doravante será denominado BM.

4 A Sociedade Brasil Mulher se desdobrou em várias capitais pelo país: Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

5 A edição de número zero foi vendida em sua totalidade *Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista*.

6 Esse deslocamento ocorreu devido ao intenso envolvimento de Joana Lopes no BM, pois toda a movimentação política que envolvia a feitura do jornal era realizada em sua casa, fato que chamou a atenção. Ao todo foram seis detenções e um extenso arquivo sobre o dia a dia da jornalista, documentado pelos organismos de repressão da ditadura militar. A mudança da sede do BM foi motivada pela preservação física e psicológica de Joana Lopes.

Se há uma preocupação governamental nesse sentido, seria de se esperar que a legislação incluísse fiscalização quanto ao problema de creches - o empregador é obrigado a manter creches sob condição da existência de um mínimo de 30 mulheres a seu serviço (Brasil Mulher, n. 5, 1976).

A segunda matéria “Com quem fica nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar?” apontava que, de acordo com diferentes movimentos sociais⁷, a reivindicação por creches nas grandes cidades brasileiras era demanda antiga, mas requeria soluções urgentes, considerando o aumento no número de mulheres que saíam de casa para trabalhar. Para que se pudesse conhecer melhor o problema das creches, o BM entrevistou mulheres de diferentes profissões e em várias zonas da cidade de São Paulo. Esclareciam elas:

- Eu tranco meus quatro filhos em casa. Tem dois pequenos de 2 a 3 anos; depois tem um de 5, mas é o de oito que toma conta deles: dá a comida que eu deixo pronta em cima do fogão. Mas saindo preocupada do jeito que eu saio, não vejo a hora de dar meio dia para voltar prá casa prá ver se não aconteceu nada. Eu preciso trabalhar o dia todo fora, mas não dá. Assim trabalho de faxineira só de manhã. Olha, já desacorçoei de procurar vaga em creche e em parque. Você encontra vaga prá um, num lugar e prá outro, tem que tomar condução. E sobra o resto sem ter onde por. É de ficar louca, moça.

- Me faz um favor. Eu falo mas não escreve meu nome nem o daqui da fábrica. Eu vou te dizer porque: essa firma tem convênio com uma creche, mas eu sou a única que vai lá. Quer dizer que eles vão ficar sabendo quem foi que falou pro jornal e eu posso perder o emprego. É o fim da picada o que fazem com a gente! Eu sei desta Lei e, por isso fui ao departamento do pessoal perguntar como é que era prá mim fazer. Me deram o endereço da creche. Quase cai dura, ficava trinta minutos de ônibus daqui. Eles pediram prá mim não espalhar porque só tinham alguns berços da fábrica. Se eu ficasse quieta, meu filho ia poder ficar até depois dos seis meses de idade, até entrar no maternal que é lá mesmo. Só que eu ia ter que pagar. Eu tenho muita necessidade, porque meu marido é doente da cabeça, vive internado, e eu não posso dispensar este emprego (Brasil Mulher, n. 5, 1976).

As reivindicações por políticas públicas que considerassem a questão da maternidade como função social, o que exige a criação de equipamentos

7 Primeiro Encontro de Comunidade para Debater Problemas do Povo de São Paulo; Movimento de Creche da USP; Assembleia sobre o Custo de Vida; Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista.

sociais como as creches, estava ganhando contornos e adesões. Em abril de 1977, o BM em parceria com o Tabloide *Nós Mulheres* (NM)⁸, publicou uma edição extra, em comemoração ao dia Internacional da Mulher, e anunciou parceria entre os dois Jornais. Essa ligação já se fazia notar em edições anteriores do BM, no item: “Indicação de leitura”. “Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres se propõem a ser tribunas abertas para essa luta” (Brasil Mulher, 1977).

Nós Mulheres (NM) e *Brasil Mulher* (BM) eram Tabloides artesanais que serviam como instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa oficial, expressando o pensamento feminista, feminino e político da época. Ele foi lançado na cidade de São Paulo e publicado pela Associação de Mulheres. Foi um jornal de curta duração, contou com oito edições que circularam entre os anos de 1976 e 1978. Após a última edição, o coletivo de mulheres que fazia parte do BM, se dispersou para outros grupos e instituições. Um exemplo é a Fundação Carlos Chagas (FCC), que já tinha uma grande concentração de profissionais preocupadas com a situação da mulher, reunidas no Departamento de Pesquisas Educacionais, sob a direção de Carmen Barroso (Corrêa, 2001, p. 18).

Na edição de setembro/outubro de 1976, o Tabloide *Nós Mulheres* trouxe a seguinte manchete: “Onde estão as creches?” E seguiu esclarecendo que na cidade de São Paulo, existia, segundo dados da Secretaria do Bem-Estar Social do ano de 1975, por volta de 260 creches públicas e privadas, o que correspondia a uma vaga para cada 28 crianças aproximadamente. A principal razão dessa carência era a pouca atenção dispensada ao atendimento do filho da mulher trabalhadora.

O Tabloide denunciava que diferentes empresas faziam convênio com qualquer instituição para estarem dentro da lei. O exemplo trazido foi o da Creche Nossa Senhora Mãe de Deus, na Freguesia do Ó, que mantinha

8 Doravante será denominado NM.

convênio com três grandes empresas de São Paulo: Editora Abril Ltda., Peticamps S/A e Embalagens e Plásticos do Brasil S/A.

Na Creche Nossa Senhora Mãe de Deus, existia apenas uma babá para cada quinze crianças, além disso, a pessoa responsável pela instituição não possuía qualquer formação. “Não há médicos, psicólogas ou pedagogas presentes. As condições higiênicas são bastante precárias. Não há espaço para o lazer das crianças, enfim é apenas e simplesmente um depósito de crianças” (Nós Mulheres, n. 2, 1976).

Observa-se que, a partir de 1976, alteram-se os discursos de diferentes veículos de comunicação com relação às creches no Brasil. Se antes a intenção era apontar, agora o discurso é reivindicar: “Falta de creche prejudica trabalho feminino no ABC” (O Estado de S. Paulo, 10/11/1976); “Creche - Um problema Social” (O Estado de S. Paulo, 26/07/1976); “Quem cuida dos filhos se a mãe trabalha?” (Movimento, 26/04/1977).

A luta pelos direitos da mulher culminou, no ano de 1979, no *I Congresso da Mulher Paulista*⁹, evento que contou com aproximadamente 900 mulheres que durante dois dias¹⁰ se reuniram no Teatro Ruth Escobar e discutiram um extenso temário¹¹. Entre as reivindicações levantadas estava a creche, conforme fragmento que segue:

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

1º) Creches - totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.

2º) Pela equiparação salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.

9 Evento organizado pelas entidades: Associação de Mulheres; Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Associação das Donas de Casa; Frente Nacional do Trabalho; Departamento Feminino da Casa da Cultura de Guarulhos; Movimento do Custo de Vida; Clube de mães; Oposição Sindical Sabesp/Cetes; Serviço de Orientação Familiar; Nós Mulheres; Sociedade Brasil Mulher, que contou com a participação de novecentas de mulheres.

10 O *Primeiro Congresso da Mulher Paulista* foi realizado entre 3 e 4 de março de 1979.

11 Trabalho doméstico; discriminação no trabalho e profissionalização; controle da natalidade; sexualidade; falta de creches; e participação política da mulher (Brasil Mulher, n. 15, 1979).

3º) Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco - pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida (Brasil Mulher, n. 15, 1979).

A articulação dessas mulheres teve como resolução a criação do Movimento de Luta por Creches (MLC)¹², lançado oficialmente no dia 7 de outubro de 1979. No dia 12 de outubro, esse movimento articulado entre militantes feministas e mulheres operárias, visitou a prefeitura de São Paulo e solicitou solução ao problema das creches. O embate entre o MLC e a prefeitura de São Paulo era por creches públicas diretas. Essa visita resultou na promessa de 842 creches em três anos. “Esse número seria objeto de disputas, a partir desse momento, com o movimento puxando-o para cima e a Prefeitura ajustando-o para baixo” (Rosemberg; Campos; Haddad, 1991, p. 9).

No mês de março de 1980, a prefeitura de São Paulo divulgou a notícia da construção de 30 creches, sendo 15 em Santo Amaro e 15 em Campo Limpo, regiões onde o MLC era mais organizado. Essa informação foi noticiada pelo *Jornal Movimento* (18-24/02/1982), com a seguinte chamada: “A vitória no Jardim Miriam”. De acordo com a matéria, moradores da região sul, mais especificamente de Campo Limpo e Santo Amaro, foram informados de substanciais mudanças na promessa das 842 creches. As primeiras, em via de implantação, eram contrárias às promessas, de creches elas passaram a mini creches, com a capacidade média para 60 crianças, e com uma parte das despesas assumida pela própria comunidade. Diante desse fato, o MLC convocou uma Assembleia Geral para junho de 1980, para reafirmar as suas reivindicações: creches diretas, totalmente mantidas pela prefeitura; melhoria na qualidade dos projetos de construção; construção imediata das 30 creches prometidas; participação do MLC junto com a comunidade local na seleção de funcionários e indicação de diretoras para trabalhar nas creches; e participação do MLC e da comunidade na administração do equipamento e na seleção de crianças a serem atendidas. O estímulo para essa luta, de acordo com o jornal, foi a vitória do Jardim Miriam, onde após cinco longos anos de lutas, a comunidade conseguiu a construção de uma creche direta, dirigida integralmente pelos moradores.

¹² Doravante será denominado MLC.

Ainda no mês de março de 1980, três mil mulheres lotaram a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no II Congresso da Mulher Paulista. De acordo com a deputada Irma Passoni (PT), em entrevista à *Folha de S. Paulo* (09/03/1980), as reivindicações do MLC pela construção de creches tomaram impulso. O próximo passo era fiscalizar a construção dessas creches.

Entre os meses de julho a agosto de 1980, o MLC realizou a seleção de funcionários e diretores para as sete creches que seriam inauguradas em Campo Limpo e Santo Amaro. No mês de novembro, o prefeito de São Paulo, Reinaldo de Barros, baixou um decreto impedindo o MLC de participar do processo de seleção dos funcionários e entregou essa responsabilidade a Fundação Carlos Chagas (FCC), instituição que, entre outras funções, se ocupava do planejamento e implementação de processos de seleção (concursos), para todo o território nacional.

Em 18 de março de 1980, o Jornal *O Estado de São Paulo* e a *Folha de S. Paulo* noticiavam: “Em três anos, mil creches”; “COBES anuncia programa para mil creches”. As matérias alertavam que, segundo a coordenadora do Bem-Estar Social, Teresinha Fran, a prefeitura de São Paulo pretendia construir até o ano de 1983, cerca de mil creches para atender a população carente da periferia. A primeira parte do plano, construção de 36 creches, estava praticamente concluída, e a previsão era a construção de mais 17 creches pelo Fundo de Assistência Social da Caixa Econômica Federal, além da construção de 23 creches, nos conjuntos habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB).

Alertava a coordenadora, na matéria, que a LBA, em reunião com a prefeitura de São Paulo, discutiu a possibilidade da adoção do sistema de creche-casulo¹³, utilizado em programas da LBA, para todas as creches que seriam construídas.

Com relação à LBA, o Jornal *Folha da Tarde*, do dia 27/03/1980, trazia a seguinte matéria: “LBA quer creches para um milhão de menores”. De acordo com Léa Leal, presidente da LBA na ocasião, eles pretendiam atingir no ano de 1980, a meta de um milhão de crianças em creches-casulo.

¹³ Programa do Governo Federal voltado para a educação de crianças em massa no modelo assistencialista criado em 1977. Sobre o assunto consultar: Rosemberg (2003).

No decorrer dos anos de 1980, em paralelo ao MLC, organizava-se também o Movimento das Creches Conveniadas, que reivindicava para si melhorias nos convênios com a prefeitura. O resultado dessa reivindicação foi a “doação”, pela Secretaria do Bem-Estar, de parte das creches recém-construídas. A justificativa para essa sessão foi a incerteza quanto aos padrões de funcionamento das creches diretas (Rosemberg; Campos; Haddad, 1991).

Ao longo da década de 1980, diferentes reportagens vão relatando a situação das creches na cidade de São Paulo: “Creches construída sobre pântano traz preocupação” (Folha de S. Paulo, 25/03/1981); “Crise leva creches a dispensar deficientes” (Folha de S. Paulo, 15/05/1981); “Venda de criança leva juizado a fechar creche” (O Estado de São Paulo, 06/03/1982); “As creches doadas são problema” (Folha de S. Paulo, 14/04/1982); “Mães ocupam creche pronta a 8 meses e não entregue” (Folha de S. Paulo, 18/06/1983); “Creches ficam fechadas” (O Estado de São Paulo, 21/06/1983); “Movimento reivindica abertura de creches” (Folha de S. Paulo, 01/07/1983); “Essas creches só existem no papel” (Jornal da Tarde, 19/11/1985).

Em paralelo às reivindicações do MLC, a Fundação Carlos Chagas (FCC)¹⁴, instituição privada, sem fins lucrativos, criada e sediada na cidade de São Paulo desde o ano de 1964, realizou no ano de 1981, o *Encontro Nacional sobre Creches*, evento realizado com o objetivo de discutir a situação das creches na cidade de São Paulo, divulgar o acervo que a equipe do Departamento de Políticas Educacional da Fundação havia acumulado com relação às crianças de 0 a 3 anos e coletar informações para um novo projeto que a fundação realizaria: “O que se deve saber sobre creches”.

O objetivo do referido projeto era responder à demanda da população que apelava por respostas imediatas e satisfatórias ao problema das creches na cidade de São Paulo, uma vez que até aquele momento havia escassez de experiências acumuladas, refletidas e divulgadas (Rosemberg, 1984).

¹⁴ Doravante será denominado FCC.

Conforme registros, as duas pesquisadoras envolvidas no projeto: Maria Machado Malta Campos e Fúlvia Maria de Barros Mott Rosenberg, eram afeitas ao tema da participação popular. A primeira estava em processo de finalização de sua tese de doutorado, “Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo”, a segunda era militante feminista.

Ao longo de quatro anos (1981-1984), o projeto contou, com as seguintes atividades: *Encontro Estadual de Profissionais da Creche* (1982); Edição do *Folheto Creche*, material no formato de jornal-mini-tabloide-grampeado, produzido para e durante o *Encontro Nacional de Creches* (1981); Realização de um videoteipe “*Pajens e encontro de pajens*”, em conjunto com a Companhia Paulista de Vídeo e financiado pelo CNPq. O videoteipe foi apresentado em diferentes sessões, conforme pode-se observar na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Informação sobre as apresentações do vídeo *Pajens*, pela Fundação Carlos Chagas.

DATA	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Várias sessões em abril	Pesquisadores/Fundação Carlos Chagas	
06/04/84	Censo sobre direito da mulher/Santo André	Auditório
07/05/84	Comissão especial de inquérito sobre creches	40
10/05/84	CEPAN - Fundação Faria Lima. Estudantes, técnicos e supervisões de creches	15
21/04 e 12/05/84	Creche da PUC	18
15/05/85	Creche do Jardim Catanduva*	15
22/05/84	Apresentação no auditório da Fundação Carlos Chagas (pessoal técnico, administrativo das diferentes SURS, entidades particulares e oficiais)	35
28/05/84	Apresentação no auditório da Fundação Carlos Chagas (principalmente pessoal técnico, administrativo e pajens da SURS de Pinheiros)	40
01/06/84	Seminário Zahidés Machado Neto/Salvador	30
05/06/84	Creche da Vila Alba*	15
06/06/84	Núcleo de Estudos Mulher/Rio de Janeiro	20
07/06/84	Creche Municipal de Vila Maria**	-
08/06/84	Apresentação no auditório da Fundação Carlos Chagas (para os funcionários) - 2 sessões	20
11/06/84	Creche da Fundação Faria Lima; Creche da USP	15
12/06/84	Creche da Prefeitura de Osasco (apresentação inserida em um treinamento de dirigentes de creche)	40
14/06/84	Departamento Regional de Educação de Itaquera (técnicos e dirigentes)	30
16/06/84	Creche Nathalia Rosenburgo - Campo Limpo (técnicos e pais)	35
18/06/84	Escola da Vila - Butantã (apresentação dentro do curso de formação de professores de pré)	10
20/06/84	Curso de Psicologia da PUC - Pós-Graduação	30
25/06/84	Casa da Mulher do Grajaú*	18

Fonte: Campos (1984).

Além das atividades elencadas, o projeto contou com as seguintes publicações: “Bibliografia para apresentação no Encontro Nacional de Creches”; edição especial do “Cadernos de Pesquisa” (n. 55, 1985), organizado pelas pesquisadoras: Maria Machado Malta Campos, Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg e Regina Pahim Pinto, contendo quatro artigos: “Crianças de famílias paulistanas”; “O labirinto do Minotauro”; “Números”; “Pajens e professoras e Diretas já?”. Além de um número no jornal *Mulherio* (nov./dez. 1981), publicação de cunho feminista da própria FCC, que tinha como responsável a pesquisadora Fúlvia Rosenberg.

Esse jornal teve sua sede na cidade de São Paulo e teve uma circulação de março de 1981 a julho de 1988, um pouco distante em relação aos outros dois Jornais, BM e NM, respectivamente 1975 e 1976. *Mulherio* foi gestado em bases mais profissionais do que seus antecessores, contava com equipe técnica e era financiado pela Fundação Ford. De acordo com Adélia Borges, redatora do jornal na ocasião, “A ideia de criação de um jornal sobre mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil” (*Mulherio*, n. 0, 1981). Cabe destacar que alguns nomes do Conselho Editorial do *Mulherio*¹⁵ são os mesmos do Jornal *Nós Mulheres*.

Na matéria do referido jornal, “Uma terra de ninguém, que pode ser de todos”, Maria Machado Malta Campos discorre sobre a situação das creches relatadas pelos participantes do *Encontro Nacional de Creches* (1981). O jornal inicia a matéria com a seguinte questão: “teoricamente, a creche é a solução ideal para as mães que trabalham. E, na prática, ela está satisfazendo essa necessidade?”. Para Campos (1981), no Brasil daquele período, mais do que a pré-escola, a creche era uma espécie de terra de ninguém, uma instituição onde nenhum órgão em particular estava definido como responsável.

15 Conselho Editorial: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Se, por um lado, isso demonstrava a falta de empenho do governo em resolver o problema, por outro, abria uma série de novas perspectivas. Isso porque a ausência de uma centralização rígida permitia uma variedade de arranjos, de modo que iniciativas comunitárias coexistiam com outras de empresas, instituições de caridade, órgãos oficiais etc. Para a pesquisadora, na cidade de São Paulo, as creches que dependiam da Prefeitura apresentavam desigualdades. De um lado, estavam as creches vinculadas a entidades com recursos, tais como algumas instituições de caridade conhecidas; e, de outro, as que resistiam com muitas dificuldades e contavam com alguns órgãos do governo, como o Mobral e a LBA, no repasse de verbas e assistência técnica. Mas essa assistência indireta e parcial não chegava a todas as iniciativas. Muitas creches ficavam fora até mesmo dessa ajuda limitada, ou porque não tinham as condições mínimas exigidas pelos órgãos que repassavam os recursos, ou por causa das enormes dificuldades burocráticas.

Retomando a discussão do MLC, a partir do ano de 1983, com a prefeitura de São Paulo ocupada pela oposição¹⁶, a realidade é contrária às promessas eleitorais. O resultado da promessa de creches que seriam construídas foi uma Comissão Especial de Inquéritos sobre Creches, sob a alegação de que: “A construção é muito cara, os custos de manutenção são altos” (Rosemberg, 1984, p. 77). E o MLC foi, de acordo com Rosemberg (1984), se dissipando até deixar de existir enquanto força política, enquanto movimento unitário.

Tomando como referência a discussão de Maria Malta Campos, para o vigésimo primeiro número da *Revista Mulherio* (1985), a respeito da década de 1970 e início dos anos de 1980, assegura-se que a creche foi um dos principais temas dos movimentos sociais do período. Uma luta que imprimiu direção ideológica à discussão sobre a creche em nosso país, que deslocou a questão da área assistencial para a área educacional, que consagrou o cuidado com as

16 Mário Covas (PMDB), de 11 de maio de 1983 a 31 de dezembro de 1985.

crianças, enquanto um direito público subjetivo. Com relação ao saldo dessa luta para as crianças de 0 a 3 anos, ela é próspera, favorável e positiva, seja enquanto conquista legal; como tema de diferentes projetos e pesquisas; ou ainda, enquanto militância político e social.

Considerações finais

Por meio do resgate histórico da luta pelo direito, das mulheres e de suas crianças, à creche pública no Brasil entre os anos de 1970 e 1985, foi possível compreender as tensões que refletem e reverberam as condições econômicas e as desigualdades sociais do nosso país. Em linhas gerais, as lutas pelos direitos sociais, pelo “direito a ter direitos”, desnudam a problemática de poder nos jogos decisórios das políticas sociais e educacionais brasileira, exercício que não se resume ao Estado, mas está disseminado em múltiplas instituições e em diferentes modalidades.

O apoio resultante da consulta das fontes permitiu compreender os sentidos, os papéis e as estratégias vivenciadas por um grupo de intelectuais mulheres da década de 1970, que podem ser consideradas o “germe” (Sirinelli, 2003) para as gerações intelectuais seguintes, uma vez que conseguiram transformar uma luta em proposta que se consubstanciou na Constituição Federal de 1988 e assegurou a todas as crianças o direito à educação desde o seu nascimento.

Luta ainda viva e atrelada a vigilância, uma vez que não existe verdadeira democracia sem contrapoder crítico, e o coletivo engajado, como pudemos verificar é um contrapoder de primeira grandeza. É importante destacar que a trajetória aqui apresentada é apenas uma entre as possíveis formas de se abordar o tema analisado.

Referências

A CASA da criança recebe donativos em mercadorias e em dinheiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 52, n. 43, 17 abr. 1972.

A CASA da criança Nair de Aguiar está aberta às visitas de pessoas que desejem colaborar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 52, n. 45, 31 set. 1972.

ALIMENTOS EM geral, principalmente leite em pó, roupas de cama, mesa e banho, mesmo usadas, agasalhos e roupas para as crianças e também calçados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 54, n. 51, 27 maio 1974.

AS CRECHES doadas são problema. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 62, n. 80, 14 abr. 1982.

A VITÓRIA no Jardim Miriam. *Jornal Movimento*. 18-24 fev. 1982. Acervo pessoal.

BRASIL. Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 01 maio 1943.

BRASIL. Lei n. 229 de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 01 mar. 1967.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Participantes ou marginais: estilos de socialização em famílias de São Paulo e Brasília. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 14, p. 75-86, 1975.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 28, p. 53-59, 1979.

CAMPOS, Maria Machado Malta. *Creches*. 1984. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=310>. Acesso em: 23 set. 2022.

CAMPOS, Maria Machado Malta Um fato político inquestionável. *Mulherio*, São Paulo, ano 5, n. 21, abr./maio/jun. 1985.

COBES ANUNCIA programa para mil creches. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 60, n. 72, 18 mar. 1980.

COM QUEM ficam nossos filhos quando a gente sai para trabalhar? *Brasil Mulher*, São Paulo, ano 1, n. 5, 1976, p. 12.

CONGRESSO da mulher paulista (1º). *Brasil Mulher*, São Paulo, ano 4, n. 15, 1979, p. 13.

COMUNICADO CONJUNTO dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. *Brasil Mulher*, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 2, 1977.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

CRECHES: SÓ 1.900 lugares em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 50, n. 35, 08 dez. 1970.

CRECHES: O que será em 1990. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 50, n. 37, 08 ago. 1970.

CRECHE CONSTRUÍDA sobre pântano traz preocupação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 61, n. 76, 25 mar. 1981.

CRECHE COM quem deixar nossos filhos? *Nós Mulheres*, São Paulo, ano 2, set./out. 1976.

CRECHES FICAM fechadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 104, n. 33, 21 jun. 1983.

CRECHE - UM problema Social. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 97, n. 31, 26 jul. 1976.

CRISE LEVA creches a dispensar deficientes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 61, n. 76, 15 maio 1981.

EM TRÊS anos, mil creches. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 101, n. 32, 18 mar. 1980.

ESSAS CRECHES só existem no papel. *Jornal da Tarde*, São Paulo, ano 18, n. 31, 19 nov. 1985.

FALTA DE creche prejudica trabalho feminino no ABC. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 97, n. 31, 10 nov. 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico: Goiás*, Rio de Janeiro: IBGE, 1973. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 20 set. 2022.

LBA QUER creches para um milhão de menores. *Folha da Tarde*, São Paulo, ano 60, n. 72, 27 mar. 1980.

MÃES OCUPAM creche pronta a 8 meses e não entregue. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 62, n. 84, 18 jun. 1983.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOVIMENTO REIVINDICA abertura de creches. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 63, n. 84, 01 jul. 1983.

POR QUE Mulherio? *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 0, mar./abr. 1981, p. 01.

QUEM PARIU Mateus que o embale. *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 4, nov./dez. 1981, p. 10.

ROSEMBERG, Fúlvia Maria de Barros Mott. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso das creches. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia Maria de Barros Mott. Sísifo e a educação infantil brasileira. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia Maria de Barros Mott; CAMPOS, Maria Machado Malta; HADDAD, Lenira. *A rede de creches no município de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MEDRADO, Maria Aparecida; GRAGNANI, Adriana Maria Carbonel. Creches e berçários em empresas privadas paulistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 57, p. 39-54, maio 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1336>. Acesso em: 20 set. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

VENDA DE criança leva juizado a fechar creche. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 103, n. 32, 06 mar. 1982.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

Recebido em: 24 de setembro de 2022
Aprovado em: 02 de julho de 2024